

# **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ESCOLAS: UM ESTUDO SOBRE TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL (1987-2020)**

**Fabiana Mara de Oliveira**

Universidade Estadual Paulista, fabiana.mara@unesp.br

**Luciano Fernandes Silva**

Universidade Federal de Itajuba, lufesilv@gmail.com

## **1. INTRODUÇÃO**

As áreas protegidas possuem como objetivos a conservação da flora e da fauna, bem como o manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo a conservação das populações tradicionais (VALEJO, 2002). A ideia de área protegida teve início em 1872, nos Estados Unidos, visando a concepção naturalista de proteger a vida selvagem pelo avanço da urbanização e industrialização (MEDEIROS; IRVING, GARAY, 2004).

No entanto, o modelo de criação das Unidades de Conservação (UC), foi objeto de questionamento por Diegues (2000, p.31): “Nessa perspectiva [uma nova relação ser humano/natureza], a solução de se colocar a natureza em parques onde o homem está ausente, não poderia ser resolvida apenas com abordagens ecológicas, uma vez que envolve dimensões sociais decorrentes da degradação. Isso levou à criação de diversas categorias de UC, cada uma com suas regulamentações para uso e acesso.

No Brasil, a primeira área protegida foi o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937. A criação dessas áreas foi uma estratégia política e ambiental gerando conflitos entre comunidades locais e instituições, pois muitas pessoas que moravam nessas áreas não compreendiam as razões por trás das imposições, resultando impactos econômicos, sociais e exclusões (ANDREOLI, CAMPOS; 2015).

As principais políticas públicas que regulamentam as UC, são o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Lei federal 9.985, de julho de 2000 (BRASIL, 2005), o Plano Nacional Estratégico para Áreas Protegidas, Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional e Unidades de Conservação. Estima-se que o Brasil possua mais de 2.400 áreas protegidas, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente.

As UC oferecem um alto potencial para o desenvolvimento educativo, promovendo práticas de Educação Ambiental (EA) propostas no Plano de Manejo (DIAS, 2008). Nessa perspectiva, essas áreas promovem práticas de Educação Ambiental propostas no Plano de Manejo, conforme destaca Dias (2008). As atividades propostas pela UC em EA pode ser realizada de forma crítica, transformadora e emancipatória,



contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (ANDREOLI, CAMPOS, 2022).

A promoção de ações de EA nas UC ocorre por meio de atividades como trilhas interpretativas, vivências educacionais e atividades contemplativas (DUDLEY; PHILLIPS, 2006; MENDONÇA, 2007). A gestão participativa das UC promove articulações políticas, ações didáticas e tomadas de decisões coletivas (LOUREIRO, 2004; SAMMARCO, 2009).

As escolas participam da promoção de EA nas UC, Frizzo e Carvalho (2018), enfatizam que a aproximação entre as escolas e as UC, pode ser facilitada por diversos elementos. Isso inclui o comprometimento dos gestores e funcionários das UC em promover a EA nas escolas. A escola possui um papel de instrumentalização e socializando, que visa conhecer e aprimorar todos os saberes culturais dentro e fora dela, incluindo o seu entorno (ANDREOLI; CAMPOS, 2015).

Dessa forma, estamos construindo um trabalho de caráter Estado da Arte, para compreender quais as relações existentes entre as Unidades de Conservação e a Educação no ambiente escolar e o trabalho apresentado realizamos um panorama descritivo sobre o contexto de produção das teses e dissertações nesse campo.

## **2. METODOLOGIA**

Considerando o objetivo desse trabalho, reunimos teses e dissertações para a construção do nosso corpus documental do banco de teses e dissertações “Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil – Earte”. No banco selecionamos os trabalhos que possuem como foco questões relacionadas às UC e a EA envolvendo as escolas. Para a seleção do corpus documental utilizamos as palavras chaves: Unidades de conservação, parque, reservas, áreas de proteção ambiental, área de preservação permanente e monumento natural. Selecionamos os trabalhos compreendidos entre os anos de 1981 à 2020.

Para as análises do trabalho utilizamos a análise proposta por Bardin (2016) que define a análise como um conjunto de técnicas de análise, visando sistematizar os procedimentos.

## **3. RESULTADOS PARCIAIS**

A seleção dos trabalhos que relacionam as UC com a temática ambiental e o processo educativo nas escolas é um passo importante para uma análise mais aprofundada



do material. Após a utilização das palavras chaves no banco de dados, identificamos 527 trabalhos e, após a leitura, selecionamos 106 trabalhos. Esses incluem 12 teses de doutorado, 87 dissertações de mestrado acadêmico e 7 dissertações de mestrado profissional.

O ano que marca o início dos trabalhos no banco de dados EArte com a temática é 1988. A partir do ano 2000, os trabalhos com a temática apresentam um crescimento notável, com exceção dos anos 2001, 2005, 2008 e 2019, nos quais não foram produzidos trabalhos. O ano que registrou o maior número de trabalhos foi 2020, com 13 trabalhos defendidos, seguido de 2015, com 9 trabalhos, e 2017, com 8 trabalhos.

Em relação à distribuição geográfica das pesquisas, o estado de São Paulo teve mais trabalhos, produzindo 30 trabalhos, seguido pelo Rio de Janeiro, com 16 trabalhos, e pelo Paraná, com 11 trabalhos. Por outro lado, os estados que menos contribuíram com trabalhos nesse período foram Amapá, Ceará, Paraíba e Roraima, com um trabalho cada.

## REFERÊNCIAS

- ANDRELI, V. M; CAMPOS, M. A. T. Educação ambiental em unidades de conservação: o papel comunitário da escola. *Revista Educação Ambiental em Ação*, São Paulo, v14, n.54, p. 1-11, 2015.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- DIAS, C. M. *Poder público, processo educativo e população: o caso da Estação Ecológica de Angatuba*, SP, Brasil. Dissertação (Mestrado). Rio Claro. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 167p, 2008.
- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- DUDLEY, N.; PHILLIPS, A. *Forests and protected areas: guidance on the use of IUCN protected area management categories*. Gland, Switzerland: IUCN, p.58, 2006.
- FRIZZO, T. C. E; CARVALHO, I. C. M, Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental, *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, n.1, p. 115-127, 2018.
- LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 156p, 2004
- MEDEIROS, R; IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador: UNIFACS, v.6, n.9, p.83-93, 2004.
- MENDONÇA, R. Educação ambiental vivencial. In: FERRARO-JUNIOR, L.A. *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, v. 2. p. 117-130, 2007.
- SAMMARCO, Y. M. Educación ambiental y paisaje en los espacios naturales rottegidos de Brasil: contribuciones a la construcción del documento Encea (Estrategias acionales de comunicación y EA para el SNUC). In: MEIRA-CARTEA, P. A. et al. *Educación*



*ambiental: investigando sobre la práctica. Organismo Autónomo Parques Nacionales, p. 202-225, 2009.*

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, Niterói, v. 1, n. 1, 2013